



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da segunda sessão ordinária de 2009 da Assembleia Municipal de Aljezur

**

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 30 de Abril de 2009

INÍCIO: 21:00 horas

ENCERRAMENTO: 00:45 horas

*

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Henrique Manuel Ramos Henriques, Segundo-Secretário

MEMBROS PRESENTES:

António Manuel Guerreiro Lopes, Johannes Alexander Schydlo, José Carlos Pacheco da Silva, Manuel Alberto Santinho Cristo, Francisco António Baptista Ferreira, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Emanuel Marreiros Amaro de Jesus, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, José Manuel dos Santos Marreiros

*

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS:

Vítor Manuel da Encarnação Vicente, por Iládio de Jesus Alves Furtado

*

ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS:

Amílcar Manuel Marreiros Duarte e Eliezer João Candeias

*

VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DOS SEGUINTE MEMBROS:

Manuel António Custódio Rosendo, Sérgio Manuel da Silva Santos e Fernando Manuel Costa Rosa

*

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 21:00 horas

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA: – Foi lido o e-mail do membro Vítor Manuel da Encarnação Vicente, de vinte e nove de Abril de dois mil e nove, informando que por não lhe ser possível não se encontrar em Aljezur à hora marcada para o início da presente sessão, solicita a sua substituição na mesma.-
Tendo o membro a seguir na lista comunicado a sua indisponibilidade para efectuar a referida substituição, foi empossado em sua substituição o Senhor Iládio de Jesus Alves Furtado, portador do Bilhete de Identidade número onze milhões cinquenta mil cento e setenta e nove um, emitido em quatro de Fevereiro de dois mil e quatro, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: – Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e nove.-----

--

Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com as abstenções dos membros Iládio Furtado e José Duarte, por não terem estado presentes na sessão em causa.----

PONTO NÚMERO DOIS

LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: – Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta anexa:-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ofício número vinte e oito mil setecentos e trinta e cinco, de dez de Março de dois mil e nove, acusando recepção da “Tomada de posição sobre as Portarias cento e quarenta e três barra dois mil e nove e cento e quarenta e quatro barra dois mil e nove, de cinco de Fevereiro – Pesca lúdica no PNSACV”.-----

– de Assembleia Municipal de Odemira, ofício número oitenta e três de cinco de Março de dois mil e nove, acusa recepção da “Tomada de posição sobre as Portarias cento e quarenta e três barra dois mil e nove e cento e quarenta e quatro barra dois mil e nove, de cinco de Fevereiro – Pesca lúdica no PNSACV”.---

– de Gabinete do Primeiro Ministro, ofício número dois trezentos e trinta e dois, de onze de Março de dois mil e nove, acusa recepção da “Tomada de posição sobre as Portarias cento e quarenta e três barra dois mil e nove e cento e quarenta e quatro barra dois mil e nove, de cinco de Fevereiro – Pesca lúdica no PNSACV”.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ofício número cento e dezassete, de onze de Março de dois mil e nove, acusa recepção da “Tomada de posição sobre as Portarias cento e quarenta e três barra dois mil e nove e cento e quarenta e quatro barra dois mil e nove, de cinco de Fevereiro – Pesca lúdica no PNSACV”.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ofício número dez mil novecentos e setenta e nove, de nove de Março de dois mil e nove, acusa recepção da “Tomada de posição sobre as Portarias cento e quarenta e três barra dois mil e nove e cento e

quarenta e quatro barra dois mil e nove, de cinco de Fevereiro – Pesca lúdica no PNSACV”-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Popular, e-mail de quinze de Abril de dois mil e nove, acusa recepção da “Tomada de posição sobre as Portarias cento e quarenta e três barra dois mil e nove e cento e quarenta e quatro barra dois mil e nove, de cinco de Fevereiro – Pesca lúdica no PNSACV”-----

– de Assembleia Metropolitana do Algarve, ofício número seis, de vinte e dois de Abril de dois mil e nove, enviando moção sobre a “Pesca lúdica no PNSACV”.-----

OS SENHORES AMÍLCAR MANUEL MARREIROS DUARTE E ELIEZER JOÃO CANDEIAS PASSARAM A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO TRÊS

OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO: – A Senhora Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor José Marreiros, Presidente da Junta de Freguesia de Aljezur, qual o ponto de situação das obras que estão a decorrer no Polidesportivo Municipal?-----

O Senhor José Marreiros, informou que as obras estão a decorrer dentro do previsto, apesar de ter sido necessário proceder à execução de um estudo do terreno, visto uma das fundações a sul se encontrar um pouco instável. No entanto, as obras não pararam, pois os técnicos do município passaram a obra para o lado norte e em termos de prazos, não se verifica atraso.-----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou ainda qual era o prazo para finalização da obra?-----

O Senhor José Marreiros disse que a conclusão da obra está prevista para o final do mês de Julho do corrente ano.-----

A Senhora Rosa Cigarra, relativamente à mesma obra, perguntou ao Presidente da Junta de Freguesia de Aljezur se estava prevista a execução de algum parque de estacionamento que vá servir o Polidesportivo Municipal?-----

O Senhor José Marreiros, referiu que, tal como é do conhecimento de todos, nos arredores do Polidesportivo não existe nenhum terreno que possa ser utilizado para estacionamento, que possa servir aquele equipamento.-----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já foi resolvido o problema que tem afectado o funcionamento das Piscinas Municipais? E se já está prevista a abertura daquele equipamento?-----

Questionou também acerca de uma deliberação de Câmara sobre a venda de uma parcela de terreno, propriedade do Município, com a área de noventa e oito metros quadrados, pelo valor de trinta euros e, de uma parcela de terreno com a área de cento e cinquenta e quatro metros quadrados, pelo valor de cinquenta euros ao Senhor Graham David Chamberlain e esposa, afim de poderem legalizar o referido prédio na Conservatória do Registo Predial, uma vez que o mesmo foi reconstruído e ampliado. Referiu ainda que, após efectuar algumas buscas, verificou que o casal em causa é proprietário de alguns apartamentos turísticos. Disse que, em relação à parcela de terreno com a área de noventa e oito metros quadrados, poderia ainda se aceitar que a mesma fosse efectivamente para logradouro, no entanto, em relação ao outro terreno já lhe suscitam algumas dúvidas. Pois uma casa com cerca de quarenta metros quadrados, foi ampliada, ficando com a área de ocupação de cento e noventa e seis metros quadrados, pagando os proprietários, um preço simbólico de cinquenta

euros. Perguntou ainda qual é o critério para estas alienações, pois se isto é assim, qualquer um passa a ocupar terrenos municipais, visto resolver o assunto pagando uma multa e comprando o terreno por trinta ou cinquenta euros.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que, em relação às Piscinas, a questão da água dos balneários ainda não está resolvida, apesar de terem sido feitas inúmeras experiências que resultaram infrutíferas. Disse que tinha transmitido à empresa responsável que substitua as canalizações, para ver se de facto o problema tem a ver com aquele tipo de tubagens, tal como eles dizem. Referiu ainda que, se o problema não tiver a ver com a canalização, a empresa assume a despesa, caso o problema seja nas tubagens, então a responsabilidade é da Câmara, uma vez que era o que constava no Caderno de Encargos.-----

A Senhora Rosa Cigarra referiu que, após conversa com várias pessoas que constroem piscinas, em que já surgiram problemas desse género, foi-lhe dito pela maioria das pessoas que esses problemas surgiam muitas vezes devido ao tipo de cloro utilizado.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o problema não estava na água da piscina, mas sim na água dos duches e que, essa não leva cloro, pois é água da rede.-----

Em relação à questão dos terrenos na Carrapateira, disse que as pessoas citadas, possivelmente não têm nada a ver com este problema, pois o mesmo surgiu há cerca de dezassete/dezoito anos através dos anteriores proprietários. Problema, este, que ao longo dos anos, não foi possível resolver, pois o terreno ainda não estava no domínio público do Município. Mas, entretanto, os antigos donos venderam o terreno aos actuais proprietários, que manifestaram a vontade de legalizar a situação e tendo em consideração que aquela área não tem qualquer utilidade para edificação, por parte do Município, uma vez que se localiza nas traseiras de outros prédios e não confina com arruamento público. Assim, na altura, a solução encontrada para o proprietário compensar o Município pela ocupação em causa, para além da construção de grande parte do muro de suporte, que inclusive consolidou a encosta do Serro dos Malhadais, em benefício da segurança de vários prédios urbanos, foi também o fornecimento de doze mil pedras de sienito para calçada para melhoramento da respectiva rua, bem como de outras ruas na Carrapateira, para além da multa que teve que pagar. É esta a razão, pela qual foi deliberado o pagamento daqueles valores simbólicos.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que assim já compreende os valores em causa, no entanto, para quem não conhece os antecedentes, é uma situação estranha. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que isto apenas tem a ver com o facto de se legalizar uma situação antiga, igual a tantas outras que se verificam no Município de Aljezur, pois antigamente as pessoas passavam a utilizar pequenas azinhagas e logradouros, para seu proveito pessoal, e posteriormente acabavam por registar essas pequenas parcelas de terreno em seu nome, por usucapião.----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou o que é que se passava com a água, pois nos últimos tempos a água tem pouca pressão em Maria Vinagre? Apesar de presentemente estar um pouco melhor, durante o mês transacto houve casas que não tiveram água durante o dia, para além de que nas outras a pressão era tão pouca que nem chegava para disparar os esquentadores.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não há qualquer alteração no sistema de abastecimento de água e que a redução de pressão, possivelmente terá a ver com roturas. Referiu também ter havido uma grande rotura no Rogil há pouco tempo, perto da padaria.-----

O Senhor Johannes Schydlo disse que na última Assembleia tinha alertado para o facto de existir um buraco na estrada de Marmeleite, que ainda não foi reparado. Disse que era uma situação perigosa visto o buraco ter cerca de nove metros de comprimento e trinta centímetros de largura.-----

Disse também que lamenta imenso o facto de terem sido canceladas muitas visitas de estudo dos alunos da escola de Aljezur, pois o seu filho perdeu uma visita à Assembleia da República, visita que considera bastante importante para suscitar algum interesse dos jovens pela política. Disse que tinha perdido outra visita de estudo a uma das escolas de Lagos que poderá frequentar no próximo ano lectivo.-----

Disse ainda que considerava que deveria haver um sistema de substituição de autocarros, talvez pelas Terras do Infante, ou até mesmo particular, para que possam ser garantidas essas visitas de estudo.-----

Referiu que na última Assembleia também tinha perguntado pela Agenda vinte e um, e se na altura a funcionária não estava ao serviço, agora tinha conhecimento que ela já estava a trabalhar.-----

Quanto ao processo que agora está a decorrer, com vista ao registo dos sistemas de utilização e captação de água, disse reconhecer o esforço da Câmara ao disponibilizar dois técnicos para preencher os formulários, no entanto, tem dúvidas quanto ao facto do cumprimento dos prazos, visto terminar a trinta e um de Maio e haverem muitas pessoas a recorrer a este serviço e haver muito tempo de espera.-----

Voltou a referir o facto de continuarem a ser utilizados tachos de alumínio na escola, e que um conjunto de tachos em aço inoxidável não é tão caro quanto isso, pois não deve ultrapassar os mil e quinhentos ou dois mil euros. Disse que a Câmara poderia fazer alguma coisa para alterar esta situação, e evitar futuras doenças dos alunos desta escola.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara não tem qualquer responsabilidade em relação ao tipo de tachos que são utilizados na cantina da escola, apenas poderá alertar a escola para esse assunto.-----

Quanto ao registo dos furos e poços do Concelho, referiu que a Câmara estava a disponibilizar gratuitamente dois técnicos para fazerem esse trabalho, trabalho esse que é da responsabilidade da Rede Hidrográfica do Algarve e dos próprios proprietários. Concordou com o facto da haver dias em que estavam muitas pessoas para serem atendidas, mas também há que ter em conta que estes são os primeiros dias.-----

Em relação à questão da Agenda vinte e um, referiu que o processo está a ser retomado.-----

Quanto à questão das visitas de estudo, esclareceu que elas só são canceladas, perante uma situação perfeitamente inopinada. Referiu ainda que actualmente a Câmara esta a fazer um esforço enorme, pois a nova Lei da contratação do trabalho, veio alterar a questão das horas extraordinárias. Assim a Câmara em alguns casos está a reduzir as saídas, pois a Autarquia não se pode sobrepôr à Lei. Para além

disso, surgiu também um problema com um dos autocarros, que veio alterar todas as saídas. São situações que acontecem e nestes casos a Câmara tem que dar prioridade aos transportes internos, pois faltando um autocarro não poderia deixar de assegurar o transporte dos alunos para a escola, só para que um grupo deles possa ir a uma visita de estudo. Disse ainda não fazer sentido substituir esses transportes, pois o fornecimento dos autocarros é um serviço voluntário da Autarquia, para além de ser um encargo insuportável para a Câmara Municipal. Quanto à hipótese desse serviço ser assegurado pela Associação de Municípios Terras do Infante, disse ser uma situação a averiguar, sendo que o problema das outras Câmaras é semelhante ao da Câmara de Aljezur.-----

Em relação ao buraco na estrada de Marmeleite, disse que achava que o assunto já estava resolvido, mas o Senhor Vereador Gonçalves iria tratar do assunto.-----

O Senhor António Lopes disse que a Câmara tinha arranjado uma forma de ser criticada, talvez injustamente. Pois houve pessoas que lhe disseram que tinham perdido uma manhã para a legalização de furos e poços. Disse que a Câmara deveria arranjar uma forma de não suscitar esta controvérsia.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que deveria ser colocado um grande placard que dissesse que este é um serviço que a Autarquia disponibiliza voluntariamente, para evitar que os munícipes tenham que se deslocar a Faro.-----

A Senhora Ana Santos disse que a obra que a Junta de Freguesia de Aljezur está a executar nas instalações sanitárias, no parque de estacionamento junto às Finanças, está muito boa, que beneficia em muito as pessoas com dificuldades de locomoção. No entanto, à semelhança do que se passa neste Concelho visto existirem muitos casos em que os postes estão no meio dos passeios, disse também ter tido conhecimento, através da comunicação social, que a Junta de Freguesia de Aljezur já fez diligências no sentido de informar que está um poste, no meio do passeio que impede o acesso de pessoas com dificuldades motoras às referidas instalações. Por isso, disse querer deixar um alerta para que esta Assembleia também intervir neste sentido.-----Disse também querer alertar para o facto de que os passeios da ponte que atravessam a Ribeira de Aljezur se encontrarem bastante degradados, para além de não permitirem que duas pessoas que se cruzem neles, consigam passar sem que uma delas tenha que circular na estrada, o que coloca em perigo os peões que ali circulam.-----

Por último informou que a CPCJ, esteve a fazer uma campanha de sensibilização durante as últimas duas semanas, nomeadamente, junto das Juntas de Freguesia.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse não saber qual a solução que poderá ser encontrada para resolver o problema dos passeios da ponte de Aljezur, a não ser a execução dos passeios exteriores à ponte, pelo que, brevemente vai ser enviado à Estradas de Portugal o levantamento topográfico para que sejam executados os referidos passeios.-----

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que de facto a situação é muito perigosa, principalmente quando da circulação de veículos pesados, que muitas vezes sobem o passeio para melhor fazerem a curva, e os peões têm que se encostar ou então esperar que os veículos passem.-----

A Senhora Ana Santos disse que, no entanto, esses veículos circulam com mais cuidado do que os carros ligeiros, que muitas vezes passam na ponte a grande velocidade.-----

Em relação ao Castelo de Aljezur, nomeadamente, em relação ao seu interior, disse ter verificado que foram efectuados alguns trabalhos no sentido de ter um aspecto mais cuidado, no entanto, o corta relva deixa alguns caules mais pequenos que considera que deveriam ser arrancados para que o aspecto ainda seja mais agradável. Perguntou ainda por quem foi colocado o binóculo que se encontra no Castelo?-----

O Senhor José Marreiros disse que, em relação ao binóculo, a Junta de Freguesia de Aljezur fez um acordo com uma empresa que colocou aquele no Castelo, o qual já foi vandalizado e, um outro na Arrifana que ainda está a funcionar.-----

Em relação ao poste que se encontra no meio do passeio, de facto ele já lá estava, posteriormente é que a Junta fez a obra. No entanto, em meados de Outubro, a Junta de Freguesia e o Município de Aljezur comunicaram a situação à PT, as obras foram decorrendo normalmente e, até há data, a empresa ainda não resolveu a situação.-----

O Senhor José Duarte referiu o facto de haver dificuldade no estacionamento na vila de Aljezur, e uma vez que o Verão está a aproximar-se pensou que poderia ser aproveitado o terreno a tardoz do Edifício S. Sebastião, no entanto, posteriormente verificou que já havia um edital para inscrições por parte das pessoas interessadas em cultivar aquele terreno. Disse estranhar a situação, pois no seu entender pensa que o mesmo poderia ter um melhor aproveitamento se fosse utilizado para estacionamento.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a questão tinha sentido, mas as expectativas das pessoas que ali compraram as casas não tem nada a ver com o facto de ser construído um estacionamento nas traseiras, mas sim uma área verde. E, a melhor área verde que ali pode haver é certamente uma horta.-----

O Senhor José Duarte perguntou se serão os moradores os principais interessados no cultivo daquelas terras?-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que os seus principais interesses passarão certamente pelo facto de que as suas expectativas não saiam goradas. Para além de que a ideia de fazer um parque de estacionamento naquele terreno não é muito boa, pois o local é muito escuro, tem pouca iluminação e poderia ser perigoso.-----

O Senhor José Duarte perguntou se já haviam interessados no cultivo daquele terreno?-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, até ao momento, apenas há uma pessoa que manifestou interesse.-----

O Senhor José Duarte referiu também que na zona do Castelo, do lado que dá para o Campo de Futebol, existe uma faixa que merecia que lá fosse colocada uma “guarda” de madeira.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que ia ver a situação.-----

O Senhor António Lopes perguntou em que ponto é que está a situação da variante de Aljezur?-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que foram auscultadas as pessoas, que foram estudadas as várias possibilidades e, foi entendimento que há pessoas

interessadas em que a variante passe mais próximo da Vila, que inevitavelmente teria que passar pela Várzea de Aljezur. A outra hipótese mais acima não interessava a muitas pessoas, nem tão pouco à Câmara, visto que essa situação anulava em muito o desenvolvimento urbano da Igreja Nova. Entretanto, foi colocado uma outra solução à Estradas de Portugal, que tem a ver com a construção de uma variante mais pequena do que aquela que foi proposta. Que, mesmo sendo pela Várzea é mais barata, mais discreta e não tem o impacte paisagístico que teria se passasse pelo meio.-----

A proposta apresentada prevê o início da variante perto da entrada do Mercado, seguir junto à Ribeira das Alfambras, sempre paralela à Rua “vinte e cinco de Abril”. Terá algum impacte paisagístico, mas nunca tão grande como a proposta da Estradas de Portugal.-----

Referiu também que esta proposta foi aceite pelo PNSACV. Como esta solução é mais barata, foi também proposto ser substituída a Ponte do Areeiro, cortar a curva a seguir aos Bombeiros, arranjar a curva antes do Pavilhão Desportivo, fazer os passeios pedonais e fazer uma obra que alivie um pouco as cheias, essa situação ainda terá que ser estudada.-----

Encontrando-se esgotado o tempo previsto para este ponto da Ordem de Trabalhos, pela Senhora Presidente da Assembleia foi proposto um período de mais quinze minutos para que fosse concluído este ponto, o que foi aceite por unanimidade.-----

O Senhor José Marreiros perguntou onde é que estava contemplada a saída da variante? Se estava prevista uma rotunda perto do cruzamento da estrada para o Vale da Telha e praias?-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, na proposta da Estradas de Portugal, não consta qualquer rotunda nessa zona. No entanto, esse assunto ainda tem que ser analisado, a Câmara deve aproveitar para negociar essa rotunda, sendo que a variante nunca vai sair nessa zona.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse concordar com o Senhor Presidente da Câmara, em que esta não é a situação ideal, mas que também será difícil encontrar uma melhor. Assim dentro daquilo que é possível, é capaz de ser uma boa solução, sendo que, aquando dos pormenores deverá ser devidamente cuidada. Será bom que, antecipadamente, se possa saber o que é que vai acontecer. Há um senão, em termos dos viadutos, pois em termos de ruído costumam provocar mais do que as estradas. Logo esse aumento de ruído deverá ser compensado com a construção de barreiras florestais.-----

Perante esta possível situação, referiu que, mais uma vez, vem insistir no facto de que a zona do actual Mercado deverá ser convertida num espaço com outro tipo de utilização, apoio ao turismo tal como um café, um bar, um parque de estacionamento e, que o Mercado Municipal deveria mudar-se para outro sítio.- Considera que o Mercado deveria ser construído numa zona mais central, nomeadamente no terreno desocupado que se encontra entre a Praceta de Kürnach e a Urbanização da Barrada, pois tem bastante espaço e daria para construir o Mercado e também um bom parque de estacionamento. Disse que considera uma hipótese a ser explorada e que deveriam ser tomadas diligências no sentido de negociá-lo.-----

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente aos Mercados, disse que ao longo dos anos o comércio modificou-se muito no País, e em Aljezur também, pois basta ver quantas mercearias existem actualmente. Diz-se que as grandes superfícies fecham o comércio tradicional, talvez seja verdade, mas também pode não ser. A verdade é que a utilização dos mercados tem vindo a diminuir. No entanto, considera que o Município de Aljezur precisa de uma superfície comercial grande, sendo essa também a vontade que as pessoas têm manifestado. Na sua opinião, deveria ser construída uma grande superfície, bem como o Mercado Municipal logo ao lado.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que a localização que tinha sugerido anteriormente deveria ser uma situação a estudar, no entanto, a solução apresentada pelo Senhor Presidente também era bastante aceitável. O que não considera aceitável é a localização do actual Mercado e, muito menos que ele venha a ser remodelado e aumentado.-----

A Senhora Presidente da Assembleia esclareceu que o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, vinha sempre no final do Período da Ordem no Dia, no entanto, como normalmente no ponto três do Período Antes da Ordem no Dia são sempre debatidos assuntos que constam na Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, pensa que faz mais sentido os dois pontos serem discutidos com alguma continuidade.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: – Não se verificou qualquer intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

PONTO NÚMERO DOIS

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E OITO: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e um de Abril de dois mil e nove, sobre o assunto em epígrafe, que acompanhava o respectivo documento, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos acerca do assunto, referindo que a Autarquia teve uma boa execução orçamental, embora tenha sido demasiado optimista em relação às receitas e ter acabado por gastar mais do que aquilo que recebeu. Disse que o ano anterior foi um pouco estranho, pois não é normal a Câmara passar para o ano seguinte com a relação de dívidas que se verificou. Actualmente todas as dívidas já se encontram liquidadas. Disse também que o ano de dois mil e oito foi um ano péssimo a nível de perdas de receitas e, que o corrente ano poderá ser ainda pior.-----

A Senhora Lurdes Rosa, funcionária da Câmara Municipal, prestou alguns esclarecimentos, referindo os valores das despesas correntes e das despesas de capital e que, apesar de tudo, os proveitos foram superiores aos custos.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que em relação às dívidas, há algumas que são inevitáveis e que tem a ver com o final do ano, aquisições do mês de Dezembro cujos pagamentos só irão ser efectuados no mês de Janeiro. Outras que aparecem nas contas finais, são aquelas que estão totalmente cobertas por receitas que a Autarquia

ainda não recebeu. Exemplo disso são os fundos comunitários, que a Câmara não recebeu em Dezembro e só irá receber em Janeiro. Entretanto a Autarquia já pagou a obra, para receber os fundos tem que pagar primeiro, no entanto, as verbas já passaram a dívidas, mas normalmente a receita que a Câmara tem a haver é muito semelhante à que tem que pagar. Referiu ainda que no ano passado não foi bem assim, o que provocou algum desequilíbrio nesta área. Felizmente todas essas dívidas já se encontram liquidadas.-----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou por que motivo é que a Câmara tinha uma dívida de dez euros à Brigada Fiscal, que inclusive já está extinta.-----

A Senhora Lurdes Rosa, funcionária da Câmara Municipal, disse que essa verba dizia respeito a uma caução e não a uma dívida.-----

O Senhor Iládio Furtado disse que da leitura que fez dos documentos, ressalva-lhe o seguinte: que em termos das despesas e das receitas correntes, verificou que as receitas diminuíram cerca de cinco por cento, mas que as despesas aumentaram cerca de dez por cento. Constatou também que esse aumento deve-se sobretudo ao peso da massa salarial dos custos com o pessoal. Ora isto tem implicações directas no resultado líquido do exercício, que faz com que seja necessário utilizar os saldos da gerência anterior e, quando isto acontece é um aviso.-----

Quanto à questão das dívidas a curto prazo a terceiros, já entendeu que o aumento que os números espelham não corresponde inteiramente à realidade, por causa das cauções mas, mesmo assim, verifica-se um aumento de cerca de trinta por cento, o que merece também alguma atenção.-----

Relativamente às receitas de capital pode verificar que, tal como foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, a Autarquia foi muito optimista em termos do Orçamento inicial e se, se for ver o que foi de facto executado fica muito aquém. Em termos de venda de bens patrimoniais pode verificar-se que da verba prevista de cerca de um milhão e oitocentos mil euros, apenas foi atingido um montante de cerca de noventa e nove mil euros.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Autarquia tentou vender, o problema é que ninguém quis comprar. Deu o exemplo de um lote em Odeceixe que a Câmara pôs à venda através de hasta pública e que não apareceu ninguém interessado, cujo valor base de licitação era quatrocentos mil euros.-----

Esclareceu ainda que as obras de montantes mais elevados tiveram receitas, pois a Câmara não avançou para obras grandes sem ter a certeza que iria receber as verbas, o problema foi agravado pelas obras mais pequenas. Que a única obra que foi suportada inteiramente pelo orçamento municipal, e foi uma obra iniciada ainda no ano de dois mil e sete, foi a estrada entre as Alfambras e o Espinhaço de Cão, pois essa não teve participação comunitária.-----

Referiu também que a Autarquia está a fazer todos os esforços para recuperar o equilíbrio financeiro, mas que para isso não recorreu ao crédito tal como outros Municípios o fizeram, para pagar as despesas aos fornecedores. Mas esses também havia dois ou três anos que não pagavam a ninguém, enquanto o Município de Aljezur o que poderá ter são dívidas com um prazo de dois, três meses no máximo. Terminou dizendo que uma das coisas que mais o satisfaz, enquanto Autarca, é o

facto de assumir um compromisso financeiro com uma empresa e pagar.-----

O Senhor Iládio Furtado referiu que em termos do endividamento municipal, verificou que o Município de Aljezur ainda tem alguma folga para aquilo que seria o limite do endividamento, limite este que garante que uma Autarquia poderá entrar em falência, em pouco tempo. Isso não é um problema, o problema que verifica é a evolução da dívida dos últimos quatro anos, o que lhes suscita dúvidas quanto ao facto de que talvez em meados do corrente ano, a Autarquia não esteja já a entrar em terreno negativo.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse ter consciência do que foi dito pelo Senhor Iládio, no entanto, disse haver uma realidade que não se pode ignorar, pois o final do QCA que passou e o QCA que aí vem, são indicativos do esforço financeiro que a Autarquia teve que fazer, pois o nível de comparticipação dos projectos tem vindo sempre a diminuir e, quanto mais diminui o recurso comunitário mais a Autarquia tem que recorrer a recursos próprios, ou financiamento bancário. E quando se recorre a financiamento tem que se pagar nos prazos. A realidade é que durante dezenas de anos os Municípios andaram a construir equipamentos e infraestruturas, mas todos os dias se continua a construir coisas novas, com mais encargos para o Município, o que faz com que seja inevitável que as despesas correntes não aumentem, por maior contenção que a Autarquia faça.-----

Esclareceu também que o próximo QCA pode trazer alguma coisa para os privados, na área de algum turismo e da agricultura. Para o Município de Aljezur, segundo está encaminhado, trará um milhão de euros para a Estrada de Marmelite, mas o seu orçamento é de mais de dois milhões de euros, pelo que se pode prever que a Câmara terá que recorrer à Banca para fazer aquela obra e cerca de setecentos e cinquenta mil euros para a área ambiental; financiamento para a ampliação da EBI/JI de Aljezur; financiamento para criar mais uma sala polivalente na Escola do Rogil e, pouco mais será do que isto.-----

No entanto, o Município de Aljezur vai continuar a ter encargos com o pessoal, vai ter menos receitas este ano, e não se sabe como é que vão ser as receitas do Orçamento de Estado no próximo ano. Na sua opinião irão diminuir por causa da aplicação da Lei das Finanças Locais, pois os travões que tinha acabam este ano, no ano das eleições. Mas isso é uma guerra que já está comprada para o próximo Governo, pois quando se chegar a dois mil e dez, vão aparecer dezenas e dezenas de Municípios pequeninos a baixar as receitas e, os Municípios grandes vão ter as suas receitas aumentadas. Vai ser uma guerra já com prazo marcado, pois se assim for os pequenos Municípios vão entrar em falência. No entanto, também acredita que não há nenhum Governo que resista ao facto de cerca de duas centenas de Municípios o acusem de que lhes estar a tirar dinheiro para dar aos grandes Municípios.-----

Posto à votação, foi a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de dois mil e oito, aprovado por maioria, com as abstenções dos membros Iládio Furtado, Rosa Cigarra, Ana Santos e Amílcar Duarte, estando ausente no acto da votação o membro José Duarte.-----

INTERVALO: – Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA COLOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE CÓPIA, IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM REGIME DE ALUGUER OPERACIONAL: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de dezanove de Fevereiro de dois mil e nove, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia recordou que este é um ponto que já tinha estado à discussão na sessão anterior, só que por terem surgido algumas dúvidas de alguns membros da Assembleia o mesmo tinha sido retirado da Ordem de Trabalhos.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse estar em crer que, com os elementos que posteriormente foram entregues, as dúvidas que tinham surgido na sessão anterior já estariam suprimidas.-----

O Senhor Iládio Furtado disse que não tendo estado presente na sessão anterior, da documentação que lhe foi entregue, verifica que de uma apresentação para um estudo há uma diferença ao nível do número de equipamentos. Que numa informação existiam vinte e dois equipamentos e que nesta informação estão vinte equipamentos. Disse que, se assim é de facto, gostaria de ter algum esclarecimento.-

O Senhor José Gregório, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, disse que tinha havido um acerto por parte do Gabinete de Informática, o que pode justificar essa diferença no número de equipamentos.---

O Senhor Iládio Furtado esclareceu que a sua pergunta tinha a ver com o facto de que, se houve um valor contratado para um concurso público em que se prevê a aquisição de um determinado número de equipamentos, então se esse número é reduzido automaticamente o valor da aquisição também deverá inferior.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que certamente esse valor foi corrigido.--

A Senhora Rosa Cigarra disse continuar a questionar o número de equipamentos e sobretudo a capacidade deles, em determinados Sectores da Autarquia. Disse que gostava que lhe explicassem porque é que são necessários dois equipamentos desta capacidade nas Piscinas Municipais, um equipamento destes no Museu do Mar, que inclusive tem uma impressora a lazer adquirida em dois mil e oito. Perguntou se não poderiam ser aproveitados os equipamentos adquiridos nos últimos dois/três anos para determinados Sectores em que não seja necessário equipamentos com grande capacidade? Se um equipamento que tem capacidade para estar ligado até cerca de cinquenta computadores, não poderia ser utilizado por Sectores que são distintos mas que, como se sabe, os funcionários encontram-se no mesmo espaço físico, às vezes até ao lado uns dos outros?-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse compreender perfeitamente a questão colocada pela Senhora Rosa Cigarra, de qualquer das formas o que se pretende é a aquisição de vinte equipamentos para substituir cerca de trinta e oito existentes, daí se falar em sistematização. Disse ainda que, embora alguns funcionários de Sectores

diferentes se encontram no mesmo espaço, a funcionalidade é diferente, logo parecer que o número de equipamentos é muito elevado.-----

Disse também não conseguir justificar esse número, um por um, mas garantiu que esse número resulta de um levantamento que foi feito pelo Gabinete de Informática, do ponto de vista das necessidades básicas.-----

Relativamente aos dois equipamentos para as Piscinas Municipais, resulta efectivamente da expectativa do funcionamento das mesmas. Garantindo que o critério foi rigoroso do ponto de vista da gestão, da funcionalidade e da utilização, mas proporcionando melhores condições de trabalho aos funcionários.-----

A Senhora Rosa Cigarra referiu que se pode constatar que existem departamentos com dois aparelhos, com características diferentes.-----Referiu também que, quando estes equipamentos forem instalados, os funcionários também terão que ser reinstalados, pois há departamentos em que praticamente as pessoas não conseguem passar entre as secretárias.-----O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que os equipamentos vão de certeza caber nas instalações, principalmente porque vai haver uma redução do número de material existente, de trinta e oito para vinte máquinas.-----A Senhora Rosa Cigarra disse que as máquinas existentes são mais pequenas, logo ocupam menos espaço. Em relação ao aluguer operacional destes equipamentos, mesmo sendo reconhecido que não é possível contabilizar o valor anual, ou mensal, de cópias que poderão ser tiradas, disse estarem previstos os custos à cópia, em que estão contabilizadas cerca de cinquenta mil cópias por mês, perguntando se o pagamento deste aluguer tem a ver com este número, ou se os custos serão mais reduzidos caso o número de cópias seja inferior?-----

O Senhor José Gregório, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, respondeu que era exactamente assim, que o valor a pagar será consoante o número de cópias.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que, caso não haja lugar a este aluguer operacional, há necessidade de adquirir nove equipamentos a curto prazo, então apenas são esses nove os urgentes e não os vinte propostos. Perguntando quais são eles? Qual os Sectores onde fazem falta?-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que a aquisição de apenas nove equipamentos não resolveria na prática a funcionalidade que a Autarquia pretende dar ao serviço e aos trabalhadores. A Autarquia não teria a sistematização e o poder processual e organizacional que pretende atribuir aos serviços, aos funcionários e aos Municípios.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se em vez de se ter duas impressoras, uma A três e outra A quatro, nas Piscinas Municipais, apenas se tiver uma impressora A quatro, quais são os serviços e as valências que se perdem? Qual o prejuízo para os serviços?-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que uma vai ficar na parte do atendimento e a outra vai ficar na parte administrativa, logo é uma questão de funcionalidade. Não faz muito sentido o funcionário que está no atendimento ter que ir buscar um documento que mandou imprimir ao gabinete do responsável pelas Piscinas.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse ter colocado esta questão, essencialmente por ter muita dificuldade em fazer uma análise e dizer que em vez de vinte equipamentos são necessários dez. Considerando no entanto que é fundamental haver uma modernização do equipamento, no sentido de haver uma maior qualidade e que permita ser utilizado por um maior número de pessoas, facultando uma gestão mais racional dos recursos. No entanto, tem que ser sempre feito um equilíbrio entre o número de equipamentos e as deslocações a que os funcionários estão sujeitos, pelo facto de haver um só equipamento.-----

Referiu também que não questionaria se lhe tivesse chegado às mãos uma proposta que fosse razoável, no entanto, não considera esta proposta razoável. Pois não há nenhum caso em que sejam apontados mais de quatro utilizadores para equipamentos desta capacidade. Disse que quando se compra novos equipamentos, estamos a aumentar os custos de exploração e, é isso que se verifica nesta situação.--

Posto à votação, foi a autorização para abertura de concurso público para colocação de equipamento de cópia, impressão, digitalização e prestação de serviços de manutenção e assistência técnica em regime de aluguer operacional, aprovada por maioria, com os votos a favor dos membros Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, António Lopes, Henrique Henriques, Johannes Schydlo, José Carlos Silva, Manuel Cristo, Francisco Ferreira, José Marreiros e Eliezer Candeias, contra dos membros Iládio Furtado, Rosa Cigarra e Ana Santos, abstiveram-se os membros Emanuel Jesus, Amílcar Duarte e José Duarte.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----

“A bancada política do PPD/PSD manifesta o sentido de voto contra a abertura de concurso público para colocação de equipamento de cópia, impressão, digitalização e prestação de serviços de manutenção e assistência técnica em regime de aluguer operacional, pelas seguintes razões:-----

▪ quantidade – para o Município de Aljezur e serviços conexos, a quantidade proposta (vinte equipamentos) parece-nos de todo desproporcional e desajustado face à realidade actual, uma vez que prevê-se a colocação de um equipamento nas instalações do “Museu do Mar e da Terra” na Carrapateira, onde actualmente já existe dois equipamentos a lazer e um deles já adquirido em dois mil e oito e de dois nas instalações das “Piscinas Municipais”, instalações estas que ainda se encontram encerradas à população por motivos de deficiência técnica das mesmas, sem que seja conhecida a data da sua possível abertura à população;-----

▪ valor – face á diminuição e às visíveis dificuldades de obtenção de receitas correntes por parte do Município (decreceram cinco vírgula três por cento) para cumprir com as despesas correntes (aumentaram dez vírgula quatro por cento), a redução d custos mensais na ordem dos seiscentos Euros, pela informação disponibilizada, não nos é possível apurar;-----

▪ substituição – parece-nos algo incompreensível que seja proposto para o Município a substituição de catorze impressoras a laser de um total de vinte equipamentos;-----

▪ opção – das três possíveis opções, compreendendo igualmente o cenário actual, é-nos informado que sem o procedimento proposto existe a necessidade de a curto prazo de se adquirir nove novos equipamentos, de valor estimado entre os vinte e cinco mil e trinta mil Euros, fazendo com que cada equipamento tenha um custo máximo de três mil trezentos e trinta e três Euros, mas para as opções de aquisição com contrato à cópia e de aquisição mais custo dos consumíveis, verificamos que o custo de aquisição dos mesmos equipamentos aumenta para três setecentos e vinte oito e Euros, acrescidos de IVA.-----

Conclui-se que, para além das razões apresentadas, o estudo de suporte é fragilizado pela falta de detalhe e alguma imprecisão no que respeita à sua essência.-----

A Banda do PPD/PSD-----

Rosa Cigarra, Iládio Jesus Alves Furtado e Ana Santos”-----

PONTO NÚMERO QUATRO

APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e um de Abril de dois mil e nove, sobre o assunto em epígrafe, que acompanhava o respectivo documento, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que neste ponto da Ordem de Trabalhos bastará ter presente o teor da certidão que acompanha este ponto, pois é perfeitamente perceptível.-----

Posto à votação, foi a alteração ao Mapa de Pessoal do Município, aprovado por maioria com as abstenções dos membros Amílcar Duarte e José Duarte.-----

PONTO NÚMERO CINCO

APROVAÇÃO DA SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e um de Abril de Abril de dois mil e nove, sobre o assunto em epígrafe, que acompanhava o respectivo documento, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que este ponto da Ordem de Trabalhos resulta da votação que acabou de ser feita no ponto anterior.-----

Posto à votação, foi a Segunda Revisão ao Orçamento do Município aprovada, por maioria, com as abstenções dos membros Rosa Cigarra, Ana Santos e Amílcar Duarte.-----

PONTO NÚMERO SEIS

DISCUSSÃO SOBRE O REGULAMENTO DE ORDENAMENTO DO PNSACV - QUINTA VERSÃO: – A Senhora Presidente da Assembleia referiu que como este assunto tem sido frequente nesta Assembleia, achou por bem que o mesmo deveria ser seguido pelos membros da Assembleia Municipal, nomeadamente, acompanhando os desenvolvimentos que se vão verificando acerca desta questão. Assim pediu ao Senhor Presidente da Câmara que informasse os restantes membros acerca dos últimos progressos.-----

O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos acerca do presente assunto, referindo que não existem grandes diferenças entre a quinta versão do Regulamento de Ordenamento do PNSACV e a versão anterior. São retiradas do

Regulamento aquelas coisas que eram de facto alguns disparates evidentes, mas quanto ao conteúdo é praticamente a mesma coisa.-----

Pelo Senhor Amílcar Duarte foi lida uma declaração política relativa ao Regulamento de Ordenamento do PNSACV, que a seguir se transcreve:-----

DECLARAÇÃO POLÍTICA APRESENTADA PELA CDU-COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA:-----

“A política de Ambiente do Governo do Partido Socialista tem sido caracterizada, no essencial, no desmantelamento das estruturas públicas de gestão e fiscalização das áreas protegidas, entre as quais se encontra o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV). De forma paralela a esta política, tem sido desenvolvida uma estratégia de alienação dos recursos naturais, de privatização e de estímulo ao abandono das terras por parte das populações autóctones, criando as condições para a privatização da Natureza, dos recursos paisagísticos, biológicos e geológicos. Ao invés de prosseguir uma política ambiental e de ordenamento do território orientada para o desenvolvimento harmonioso do território Nacional e para a resolução dos problemas das populações e ao invés de assegurar a salvaguarda dos direitos dos habitantes das áreas protegidas, o Governo age no sentido de prejudicar ainda mais esses habitantes.-----

A actual situação social e económica que o País atravessa, e o processo de desenvolvimento limitado a que o País tem estado sujeito por força das políticas de direita dos sucessivos governos, acentuam as dificuldades por que passam as populações em todo o território Nacional, particularmente as camadas laboriosas e com especial intensidade, as que se situam nas zonas mais deprimidas do País, nomeadamente nos meios rurais e distantes dos grandes centros urbanos. As zonas rurais incluídas no PNSACV correspondem precisamente a zonas económica e socialmente deprimidas, com grande dependência dos recursos naturais, marinhos e terrestres.-----

A pesca e apanha de semi-subsistência e a agricultura de subsistência são actividades que possibilitam a estas populações dispor de pequenas ajudas aos seus baixos rendimentos. Acresce a isto o facto de habitarem uma região que corresponde a uma área protegida, por lei. Seria pois de esperar que esta população fosse beneficiada, ou pelo menos não prejudicada, pelo facto de ter importantes limitações à sua actividade e aos seus hábitos. No essencial, no que toca à interacção com a Natureza e com o meio, os habitantes do PNSACV estão sujeitos a imposições que não se colocam a outros habitantes do território Nacional, vendo assim limitados alguns direitos. Isto significa que, da parte do Estado, estas populações deveriam ser alvo de políticas especiais de apoio e de compensação. Além disso, os sucessivos governos têm sistematicamente esquecido que são as próprias populações que procedem à gestão e preservação dos recursos naturais. São as actividades tradicionais e os esforços populares que possibilitam de facto a manutenção da integridade desta importante área protegida do nosso País.-----

Perante a evidência de desmantelamento da vertente operacional do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e da sua retirada do terreno e conversão em comissão de negócios imobiliários em áreas protegidas, as populações

do Parque são o único agente que age directamente sobre o terreno e que o preserva objectivamente. Curiosamente, o governo remete sempre a responsabilidade pela degradação dos recursos naturais para as populações e seus hábitos. Com a proposta de Regulamento e de Plano de Ordenamento essa linha política tende a agravar-se.---

Praticamente todas as acções humanas são proibidas ou carecem de autorização do “todo-poderoso” ICNB. Pode mesmo afirmar-se que as mais pequenas operações de manutenção de sebes e vedações, o corte de silvas, o cultivo de qualquer espécie vegetal ou a construção de qualquer nova estrutura edificada são confrontados com um conjunto de impedimentos que funciona objectivamente como uma proibição. No entanto, para qualquer empreendimento turístico de grande dimensão, as facilidades são mais que muitas.-----

Neste contexto, importa desmascarar que aquilo a que o Governo chama “turismo de qualidade” não é mais do que “empreendimento de segunda habitação para elites” e que se traduz na privatização do uso de importantes partes do território nacional.-----É significativo que a proposta de Plano de Ordenamento proíba, para determinadas zonas de protecção, qualquer operação de loteamento, com a excepção de loteamentos no âmbito de empreendimentos turísticos.-----

Isto significa que, para o Governo, o que conta não é o real impacto das estruturas ou dos edifícios na Natureza, mas a natureza dos edifícios. Se alguém quiser proceder a uma operação de loteamento para habitação própria, tal não será possível. No entanto, se esse loteamento for destinado a habitação turística ou a empreendimentos de luxo turístico, então ele automaticamente passa a estar imune às limitações impostas a todas as restantes actividades. Também é altura de desmascarar que a maior parte dos chamados “empreendimentos turísticos” mais não são que a cobertura para operações de loteamento para construção de aldeamentos de segundas e terceiras habitações, que se traduzirão em edifícios abandonados durante a grande parte do ano e sem nenhuma mais-valia económica para a região. Mesmo empreendimentos que são apresentados como campos de golfe são na sua maioria afinal, pretextos para a construção de amplos aldeamentos de luxo de apoio aos campos de golfe propriamente ditos. Nesta área protegida nem esses empreendimentos são autorizados.-----

A estratégia de desenvolvimento que urge colocar em prática deve partir de uma perspectiva de desenvolvimento harmonioso do território, potenciando as características próprias inerentes a cada região do País e valorizando as práticas tradicionais e actividades populares dos respectivos habitantes, estimulando a ocupação regrada do território e o desenvolvimento de actividades adequadas, sempre que necessário, limitadas às condicionantes que a preservação da natureza de facto lhes imponha. A estratégia de desenvolvimento necessária passa necessariamente pelo investimento nos serviços públicos, na rede viária e transportes e em infra-estruturas, mas também pelo reforço da estrutura operacional do ICNB, assegurando uma presença no terreno que lhe permita intervir nas áreas protegidas, quer no plano da fiscalização, quer da gestão, numa perspectiva pró-activa e reactiva. O ICNB não pode estar arredado do território, funcionando como agência imobiliária que aliena parcelas do domínio público, autoriza e licencia

construções e implantação de grandes empreendimentos, enquanto simultaneamente coloca os maiores obstáculos a todas as necessidades das populações.-----

A forma como o Governo tem vindo a agir no que toca às actividades tradicionais de pesca e apanha no Litoral Alentejano e Costa Vicentina é bem ilustrativa da visão subversiva que o Governo tem da gestão do território.-----

A degradação e a diminuição dos recursos marinhos deveria instar o Governo a realizar ou a encomendar os necessários estudos científicos para que fosse possível compreender, objectivamente, as causas da decadência da biodiversidade, nos casos em que exista. A realização de um estudo com estas características certamente revelaria que existem causas diversas e que muitas estarão relacionadas com a poluição dos recursos hídricos e com a devastação de habitats e quebras da cadeia alimentar, consequências de operações industriais, de má gestão dos recursos terrestres, da poluição e contaminação de águas subterrâneas, de não tratamento de águas residuais domésticas e industriais. Caso um estudo destes viesse a ser realizado, certamente se identificaria o processo de aumento da temperatura das águas costeiras também como influente na presença das comunidades biológicas. Mas a estratégia do Governo afinal aponta como único responsável o habitante do litoral alentejano e costa vicentina.-----

O Governo quer fazer-nos crer que as actividades populares são a causa da deterioração ambiental, quando na verdade é o abandono a que o Governo tem votado o território e os valores ambientais. A falta de intervenção do Estado, do ICNB e de outras estruturas como o Instituto da Água (INAG) e o desprezo pelos valores naturais é, no essencial, a principal causa para a deterioração da bio e geodiversidade.-----

A ausência de intervenção e fiscalização no terreno, nas áreas protegidas, de que é exemplo o próprio Rio Mira e o seu catastrófico processo de gradual assoreamento, e a degradação das margens de tantos outros pequenos cursos de água, constitui uma causa essencial da degradação dos recursos naturais e dos valores ambientais. A ausência de intervenções de fiscalização e de intervenções de preservação por parte das estruturas que tutelam cada valor é flagrante e para a verificar basta perguntar às populações e aos proprietários de terreno, no interior do Parque quando foi a última vez que viram os técnicos do Parque ou empresas contratadas pelo Parque ou os Vigilantes da Natureza a intervir directamente em acções de preservação dos valores protegidos. Quando foi a última vez que o ICNB procedeu à eliminação de plantas invasoras, à limpeza e monitorização de arribas e falésias, à limpeza de bermas de estradas, por exemplo? Também se poderia perguntar de quando foi a última vez que viram os técnicos ou técnicos contratados pelo INAG a proceder à regularização de cursos de água e desassoreamento de rios e ribeiras.-----

--
É urgente uma política que assuma como princípio basilar da protecção da Natureza, o direito das populações não serem negativamente afectadas pelas imposições e constrangimentos inerentes às limitações com que se confrontam. O PCP sempre tem defendido a compensação das populações das áreas protegidas. Aliás, o PCP foi único partido que realizou um encontro Nacional sobre áreas protegidas e que apresentou uma perspectiva política radicalmente distinta daquela que é partilhada

por todos os outros partidos. O PCP, ao contrário dos restantes partidos, entende que é a ocupação dos territórios, a povoação e a realização das actividades tradicionais, que valorizam o território e preservam os recursos naturais. O Governo entende, porém, que a desertificação é o caminho e que a conservação da natureza é a venda dos recursos naturais à peça para empreendimentos privados. Aliás, esta estratégia está bem à vista na acção do Governo que penaliza os habitantes dos parques, mas coloca as áreas protegidas à disposição dos grandes interesses económicos.-----

A proposta de Plano de Ordenamento do PNSACV não é mais do que a consolidação em lei desta estratégia de abandono e de desertificação. O Governo entende que deve afastar as pessoas, as populações e os habitantes das áreas protegidas, pois só assim elas ficarão à inteira disposição dos interesses privados que delas querem extrair lucros.-----

O desenvolvimento turístico das áreas protegidas e do PNSACV não pode ser sacrificado totalmente, nem deve ser encarado apenas como um impedimento à preservação da natureza. Aliás, um desenvolvimento turístico planificado e respeitador das condicionantes naturais e legais, pode funcionar como uma mais-valia económica, social e até mesmo ambiental para cada área protegida. No entanto, aquilo que tem vindo a ser praticado por este Governo e anteriores é o da implantação de grandes empreendimentos turísticos isolados e desligados das populações, criando poucos postos de trabalho e, na generalidade precários, pouco qualificados e mal pagos. O turismo de que Portugal precisa é um turismo para todos, que seja simultaneamente convidativo para as franjas de grande poder de compra nacionais e estrangeiras, mas que estimule a interacção entre visitante e visitado, que crie pontes entre o tecido económico e social regional e o visitante, que estimule a produção tradicional, artesanal ou industrial. O turismo que tem vindo a ser desenvolvido, porém, assenta na criação de “ilhas” de luxo, isoladas das pessoas, onde a única presença local se traduz em empregados de mesa precários e onde o artesanato vendido é fabricado numa empresa estrangeira. Além disso, a estratégia turística em curso transforma-se rapidamente numa estratégia de construção desenfreada e de venda de imóveis para segundas e terceiras habitações, das quais os empreendedores retiram elevados lucros mas que não trazem qualquer verdadeira mais-valia para a região.-----

É, por isso, cada vez mais importante que as populações reivindiquem e lutem pelos seus direitos e que não permitam que continuem a ser sistematicamente prejudicadas pelo facto de residirem numa área protegida. Se o Governo impõe condicionantes às populações, deve compensar através do investimento público esses cidadãos portugueses.-----

Não é aceitável que prossiga o rumo de desinvestimento e de abandono e que os residentes nas áreas protegidas continuem a ser materialmente prejudicados pelo simples facto de aí habitarem.-----

É importante lutar por uma política que assuma a necessária ruptura democrática e de esquerda com este rumo, que faça da preservação da Natureza um aspecto central da sua intervenção no Ambiente, mas sempre de forma a salvaguardar a Soberania Nacional e o carácter democrático da fruição da natureza e dos recursos naturais.-----

É urgente e imperativo romper com o rumo de submissão do poder político ao poder económico que a política de direita tem vindo a significar.-----

O PCP apela a todos, cidadãos e movimentos associativos desta Região, que façam chegar mais alto a voz da luta pela democracia e contra a privatização dos recursos naturais, contra a corrupção na gestão do território e por uma política de democracia ambiental e de acesso livre a todos os espaços naturais, desde que as suas características físicas, biológicas ou geológicas o permitam.----

Aljezur, trinta de Abril de dois mil e nove.-----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal.-----

Amílcar Duarte e José Duarte.”-----O

Senhor Presidente da Câmara disse ao Senhor Amílcar Duarte que a Declaração que acabou de ler, caso ele ainda se encontre nesta Assembleia daqui por quatro, dez ou vinte anos, está sempre actual independentemente do Governo que tiver sido eleito. Pois continua a dizer que o objectivo dos Partidos políticos, e todos eles, é ganhar as eleições, conquistar o Poder, pois se assim não fosse não existiam. Depois de estarem no Poder, existem para manter o Poder, todas as outras prioridades vêm a seguir. Independentemente de que partido for.

Pelo Senhor Amílcar Duarte disse que de uma forma geral concorda com grande parte daquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara. Nomeadamente no que respeita ao facto de que efectivamente para alguns Partidos conquistar o Poder é um fim, para outros pelo menos é um meio para implementar políticas. Disse crer que para os Partidos em causa que têm estado no Poder, nomeadamente o PS, PSD e CDS, também tem sido um meio.-----

Referiu ainda que, quando há grandes interesses económicos por detrás, quem está no Governo avança à mesma, independentemente de todos os protestos ambientalistas. Disse que os Parques Naturais são a reserva que o Governo precisa de deixar para poder fazer isso nos outros sítios. Nos outros sítios faz a boa venda do território, para obter os bons financiamentos para as campanhas eleitorais e aqui mantém a reserva para calar a boca aos ambientalistas. Isso é uma política que sempre tem criticado e considera que devem ser mais pro-activos na luta contra esta política. Em termos de Aljezur tem havido um grande consenso em relação a estas questões, no geral, mas mesmo assim não têm conseguido ser eficazes no derrubar dessa política, nomeadamente no que diz respeito aos aspectos ambientais.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que felizmente vivemos num sistema democrático, num Estado de direito, onde as pessoas são um fim a si mesmo, mas infelizmente, para instituições essenciais à democracia como são os Partidos políticos, as pessoas não são um fim a si mesmo, são um meio para atingir um fim. Isto é a realidade, que nós infelizmente temos no nosso País.-----

O Senhor Eliezer Candeias disse que só concordava parcialmente com a Declaração do Senhor Amílcar Duarte. Disse também que não considerava nenhum crime fazer segundas habitações, nem tão-pouco a implementação de zonas turísticas, pois isso vem dar trabalho às pessoas da terra e faz com que venham mais pessoas para Aljezur, o que promove o desenvolvimento do Município.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente usou da palavra o Senhor José Manuel Mariano, para manifestar o seu desagrado relativamente à questão do Parque Natural.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas zero horas quarenta e cinco minutos do dia um de Maio de dois mil e nove, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

A Presidente

A Primeiro-Secretário
